



O Enunciado 330 do TST é inconstitucional, imoral e uma brecha para a má fé patronal nas rescisões

Por Nelson Cirtoli *

O Sindicato Nacional dos Aeronautas, tão logo o famigerado Enunciado 330 do TST se tornou público, suspendeu as homologações das rescisões de contratos de trabalho, orientando os associados e as empresas para que procedessem as homologações nas Delegacias Regionais do Trabalho.

A diretoria do SNA entende que a infeliz iniciativa do TST, ratificada no último dia 09 pela maioria dos juízes daquela corte, atropela o artigo 5º, inciso 34 da Constituição Federal, que garante o acesso de todo cidadão à justiça em caso de prejuízo dos seus direitos.

Nossa opinião é de que o Enunciado 330 representa indisfarçável estímulo à fraude trabalhista, pois podem ser introduzidos "nomes" de PARCELAS nas rescisões de contrato laboral, com valores correspondentes irrisórios, apenas para eliminar o direito do trabalhador recorrer posteriormente. Se os patrões, por exemplo, inserirem na quitação a

expressão "adicional de periculosidade", pagando um valor simbólico, a justiça do trabalho não aceitará nenhuma ação reclamatória posterior de possíveis diferenças sobre aquela parcela. O próprio presidente do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, juiz Ricardo Sampaio, manifestou sua opinião sobre o Enunciado da seguinte maneira:

"O Enunciado 330 é um assalto jurisprudencial aos direitos de quem vive do salário".

O presidente do TRT do Paraná, além de classificar a medida de inconstitucional afirmou que: "Nem que tivessem ganho na loteria os empresários teriam um ganho tão grande!" Para ele é "muito estranho" a edição do Enunciado apenas no final do ano e modificando de forma radical uma posição de mais de 40 anos do judiciário (Enunciado 041), que nem ao menos era controversa. Ou seja, os patrões tiveram mais "sorte" que João Alves que precisou "jogar e ganhar

mais de 300 vezes na loteria, e ainda contou com a ajuda de Deus".

O Sindicato, além de suspender as homologações, participará da campanha, empreendida pelo movimento sindical, pela moralização e controle externo do poder judiciário, a exemplo do que vem ocorrendo com outras instâncias de poder no país. A diretoria apoia e acompanhará atentamente a tramitação no Congresso Nacional do projeto de Lei do deputado Paulo Paim, que propõe nova redação para o parágrafo 2º do Art. 477 da CLT que trata especificamente da rescisão de contrato de trabalho, regulamentando definitivamente o assunto.

** Nelson Cirtoli é presidente do Sindicato Nacional dos Aeronautas, coordenador geral da Federação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Aéreos e secretário executivo da Confederação Latino Americana e Caribenha dos Trabalhadores da Aviação Civil.*

FOTO: JORGE NUNES / AG. PRISMA



O presidente do SNA, Nelson Cirtoli, entregou, no último dia 05 de fevereiro, documentos e publicações do Sindicato e da Federação ao presidente da Comissão do Trabalho, da Administração e Serviço Público, Deputado Paulo Paim, e ao Relator Geral da Revisão Constitucional, Nelson Jobim - foto ao lado, da direita para a esquerda - manifestando a posição dos aeronautas diante da revisão constitucional e requerendo a manutenção da aposentadoria especial, direito adquirida pela categoria. Leia, nas páginas 2 e 3, o artigo do Secretário de Segurança de Voo, Tito Walker, sob o título "Revisão Constitucional e Aposentadoria Especial", com mais detalhes sobre o encontro entre os trabalhadores e parlamentares, em Brasília.

Sindicato denuncia Varig e Transbrasil ao Ministério Público do Trabalho

O Sindicato denunciou junto ao Ministério Público do Trabalho a indução e coação que vem sendo feita pela Varig e a Transbrasil para que os tripulantes violem a Regulamentação Profissional.

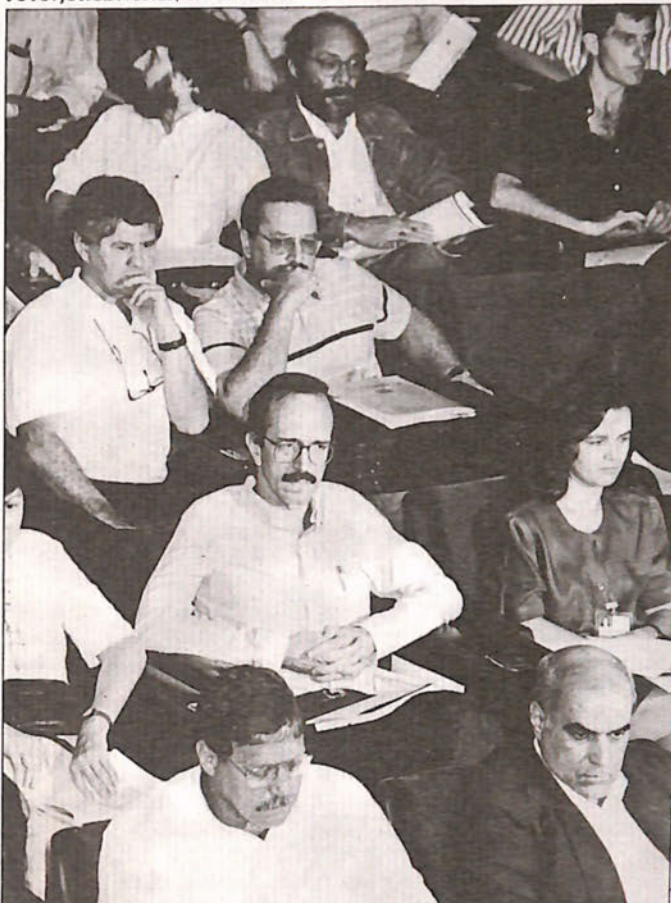
No caso da Varig, ela vem coagindo os tripulantes da Base Lax a assinarem um documento abrindo mão da Regulamentação Profissional para que permaneçam em Los Angeles. A Varig está se esquecendo que a Regulamentação deve ser respeitada não apenas pelo tripulante, mas também pela companhia.

O Sindicato espera que o Ministério tome as devidas providências para que fiquem configuradas as denúncias e seja impetrada uma Ação Civil Pública contra as empresas. Mais informações na próxima edição deste boletim.

Revisão Constitucional e Aposentadoria Especial

Por Tito Walker *

FOTO: JORGE NUNES/ AG. PRISMA



Em primeiro plano, a esquerda, o Secretário de Segurança de Vôo, Tito Walker, na terceira fileira, de baixo para cima, o presidente do SNA, Nelson Cirtoli, e o 1º Secretário, Gusmão, durante a plenária em Brasília.

No último dia 05 de fevereiro, o presidente do Sindicato Nacional dos Aeronautas, Nelson Cirtoli, o 1º Secretário, Gusmão e o Secretário de Segurança de Vôo, Tito Walker, participaram de uma Audiência Pública, em Brasília com o Relator Geral da Revisão Constitucional, Deputado Nelson Jobim (PMDB-RS). O evento que contou com a participação de todas as centrais sindicais e diversas entidades representantes de trabalhadores teve como principal objetivo defender direitos como a aposentadoria especial, licença maternidade de 120 dias, entre outros adquiridos a duras penas pelos trabalhadores e consolidados na Constituição de 1988. A seguir, você lê um artigo elaborado por Tito Walker sobre a Revisão Constitucional e os trabalhadores.

O Presidente do SNA, Nelson Cirtoli, o 1º Secretário, Gusmão e eu, fomos 5ª feira à noite para Brasília, para tratar de um assunto que deixou de ser **mensagem de urgência** e passou a ser SVH: a Revisão da Constituição da República Federativa do Brasil.

A iniciativa de levar a "voz dos trabalhadores" ao Relator Geral da Comissão de Revisão, Deputado Nelson Jobim, foi do presidente da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, Deputado Paulo Paim, que se mostrou sensível à causa dos trabalhadores.

O evento foi programado pelo DIAP (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar) em duas etapas: na sexta-feira nos reuniríamos

numa grande plenária, suprapartidária, independente de filiação a esta ou aquela Central (CUT, CGT's, Força Sindical etc.), para nos informarmos ("antes de inventar, inventar") e nos afinarmos ("ajustarmos nossos calibres à munição disponível"). E, no sábado, um encontro informal (na sala Nereu Ramos, no anexo à Câmara) com o Relator. (Enquanto os empresários são recebidos em dias úteis durante as sessões do Congresso).

Nossos pendentes eram o monopólio dos setores estratégicos, a previdência social, a aposentadoria por tempo de trabalho, a aposentadoria especial, a unicidade sindical, manutenção de juiz classista, imposto sindical etc., todas conquistas



Federação Nacional
dos Trabalhadores
em Transportes Aéreos

Rio de Janeiro, 03 de fevereiro de 1994

Ao
EXMO. Sr. Deputado Federal NELSON JOBIM
Exmo. Relator da Revisão Constitucional
Brasília-DF

Exmo. Sr. Deputados


A Federação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Aéreos, vem com respeito manifestar à V.Excia sua posição **contrária à revisão constitucional**.

A FNTTA representa mais de 60 (sessenta) mil trabalhadores em Transportes Aéreos, e tem filiadas as seguintes entidades: Sindicato Nacional dos Aeronautas, Sindicato Nacional dos Aeroviários, Sindicato Nacional dos Trabalhadores em Proteção ao Vôo, Sindicato dos Aeroviários de Pernambuco e Sindicato dos Aeroviários de Porto Alegre.

Não queremos que a revisão venha tornar-se uma realidade incontestada, e manteremos firme disposição em acompanhar todo o processo, sobretudo para que não haja nenhum retrocesso nos direitos sociais; e em defesa das categorias profissionais representadas por esta Federação.

Sendo o exposto, aproveitamos a oportunidade para colocarmos-nos à disposição de V.Excia,

Atenciosamente,


NELSON CIRTOLI
Coordenador Geral da F.N.T.T.A.

Orgão que congrega os
Trabalhadores em Transportes Aéreos

Filiada a CUT

Av. Franklin Roosevelt, 84
4º andar - Cajuá 428
Cidade - CEP 20211-010
Rio de Janeiro - Brasil
Tel. (021) - 251-8143 / 229-9481
Fax: (021) - 251-290-2657



SINDICATO NACIONAL DOS AERONAUTAS

Rio de Janeiro, 03 de fevereiro de 1994

Ao
EXMO. Sr. Deputado Federal NELSON JOBIM
Exmo. Relator Geral da Revisão Constitucional
Brasília-DF

Exmo. Sr. Deputado:

O SINDICATO NACIONAL DOS AERONAUTAS, entidade de classe que representa todos os pilotos, co-pilotos, mecânicos de vôo, comissários(as), navegadores e rádio-operadores de vôo do Brasil e os tripulantes brasileiros à serviço de empresas aéreas estrangeiras, vem trazer ao conhecimento de V.Excia a preocupação dos AERONAUTAS com a revisão constitucional. Somos contrários à revisão, porque a mesma revisão é de que o país e a classe trabalhadora serão prejudicados.

Uma maior preocupação é a possibilidade da extinção de um dos direitos adquiridos pela rotina aeronáutica, tendo por principal argumento a oportunidade estatística internacional que evidenciam uma expectativa de vida de aproximadamente 05 (cinco) anos, quando aposentados com 50 anos de idade.

Trabalhamos não de até 21 horas consecutivas, sem recebermos até hoje, o direito à horas extras, além disso, passamos nossa vida profissional sem desenvolver férias (tanto em seus períodos mensurais encurtados por disfunção orgânica, exposição a irradiação ionizantes quando em vôos realizados a grandes altitudes, exposição e microvibrações das turbinas, variação constante de pressão e temperatura, dentre outros problemas típicos da profissão).

No tocante as conquistas sindicais como um todo, somos contrários a pluralidade sindical, porque ela leva a desestruturação total da classe trabalhadora, beneficiando mais uma vez o capital. Somos contrários ao fim do monopólio dos setores estratégicos, à abertura petrolífera, telecomunicações, energia elétrica, jazidas e reservas minerais, uso do subsolo, dentre outros. Somos contrários a privatização da previdência social, porque significará a desgraça dos trabalhadores mais humildes.

E finalmente, aproveitamos a oportunidade para manifestar a V.Excia nosso desgosto pela aprovação do aumento da carga tributária somente para as pessoas físicas, em detrimento das pessoas jurídicas, verdadeira injustiça social inaceitável para um congresso que se pretende representante imparcial de toda a sociedade brasileira.

Sendo o exposto, subscritamos-nos

Atenciosamente,


NELSON CIRTOLI
Presidente

Documentos entregues pelo presidente do SNA e Coordenador Geral da FNTTA, Nelson Cirtoli, ao Relator Geral da Revisão Constitucional, Nelson Jobim, no último dia 05, em Brasília.

do trabalhador em uma Constituição elaborada arduamente por uma Constituinte, e que agora se pretende impugnar com açodamento através de "enunciados" (que são bastante mais fáceis e rápidos de "emplacar" do que as "emendas").

Na verdade, quem leu a Veja 1325 de 02.02.94 (e nós, aeronautas, gostamos muito de ler e refletir), sabe - através da matéria "Os lobbies gastam milhões de dólares na Revisão Constitucional" - que os trabalhadores já vinham atrasados, pois lê-se, na pág. 18 op.cit., "na última 4ª feira, 26.01, 300 empresários de todo o país desembarcaram em Brasília, reuniram-se rapidamente na Confederação Nacional da Indústria, CNI, e depois se espalharam discretamente pelos corredores do Congresso. Cada um tinha sua missão definida: visitar pelo menos 10 deputados e senadores, para convencê-los a trabalhar na reforma da Constituição. No dia seguinte, outros 50 empresários, capitaneados pelo presidente da Confederação das Associações Comerciais do Brasil, invadiram o Congresso com espalhafato. O objetivo era o mesmo..."

Mesmo assim, a reunião de sexta-feira, dia 04.02.94, no DIAP, foi um sucesso porque nos permitiu "inventariar". Foram apresentadas idéias interessantes sobre a importância da comunicação como formadora de opinião e a grande abrangência da Imprensa Sindical. Ponderou-se também a importância de termos informação atualizada sobre o que tramita pelo Congresso Nacional e quem são as pessoas que lidam com os assuntos (o livro "A cabeça do Congresso", coeditado pela APVAR, foi apresentado nesta oportunidade). Algo "como um plano-de-comunicação antes de um plano-de-ação". Entidades filiadas discursaram criticamente pela ausência da CUT, da Confederação Geral dos Trabalhadores e da Força Sindical e pela disposição das cúpulas dessas entidades em se manterem favoráveis à pluralidade sindical com fins fisiológicos de aumentar o poder das centrais, descuidando do objetivo maior que deveria ser o interesse do trabalhador.

Foi um dia de algumas boas ponderações sobre o que pretendemos. Analisou-se que havia algumas opiniões divergentes ali, mas não seria oportuno colocá-las perante o Deputado Relator. "Fechamos, portanto, no "NÃO À REVISÃO". Os riscos de abrimos os itens tentando ganhar e acabando por perder eram muito grandes. "Fechamos", ainda, por defendermos a unicidade sindical.

Esta decisão mostrou-se acertada, pois o próprio Deputado Relator Geral da reunião (após a abertura da Reunião pelo Deputado Presidente da Comissão do Trabalho, Administração

e Serviço Público, Paulo Paim), nos alertou para esse grave risco. Assim, 41 entidades, das 150 presentes, expressaram seu ponto de vista na tribuna. Praticamente unanimidade em "NÃO À REVISÃO" e "a favor da UNICIDADE SINDICAL". Nove escritórios foram entregues (dois nossos, um da FNTTA e outro do SNA).

No seu discurso, Cirtoli frisou sermos contrários à Revisão por considerá-la inoportuna e pelo fato do Congresso Nacional estar desgastado moralmente por roubo e corrupção e por estar em final de mandato.

As informações do DIAP nos deram boa esperança de, mobilizados, influirmos nas decisões do "Congresso Revisor". É preciso mostrar que essa tentativa de mudança de forma açodada não é boa. É preciso mostrarmos ao Congresso que não interessa aos trabalhadores (ao menos não agora e não desse modo) a Revisão. Mais de 17 mil tentativas de mudança, é brincadeira! Tratam-se de muitas conquistas sociais nossas que estão em jogo e, lógico, do ponto-de-vista do empresário, uma economia, se conseguirem não-las tirar.

A APVAR já vem fazendo alguns esforços neste sentido, tendo inclusive designado dois aeronautas, Miguel

Dau e Alexandre Abs, para interagirem no Legislativo. Todavia, são ações isoladas. É mister fazermos esforço conjunto e coordenado entre nós e com as demais categorias, visando sinergia. Não devemos permitir que nos tirem mais e mais, para não ficarmos cada vez com menos. Para evitar que quase nada nos reste de vida após tantos anos de luta.

Alguns dos nossos informes foram corroborados pela imprensa na manhã deste sábado: "Jobim quer o fim de aposentadorias especiais". Seria esta nossa reunião apenas para legitimar os interesses do Relator da Comissão? Queremos crer que não, pois sentimos boa intenção no Dep. Paulo Paim, Presidente da Comissão do Trabalho, da Administração e Serviço Público e do pessoal do DIAP, que organizou o encontro e tem um excelente projeto para nós.

**O companheiro Tito Walker é Cmt. de DC-10 na VARIG e Secretário de Segurança de Vôo do SNA*

Nota da Diretoria do SNA: O livro "A Cabeça do Congresso" encontra-se na Biblioteca do SNA para aqueles que quiserem saber o perfil de todo e qualquer parlamentar federal.

Jobim quer o fim de aposentadorias especiais e de regalias da Justiça



O relator-geral da revisão constitucional, deputado Nelson Jobim (PMDB-RS), vai propor o fim das aposentadorias especiais, que asseguram a trabalhadores de categorias consideradas "prejudiciais à saúde" o direito de se aposentar com menos tempo de serviço do que o previsto na Constituição - 35 anos de trabalho, para os homens, e 30 para a mulher. O relator vai defender ainda a reformulação da Justiça do Trabalho, tendo como alvo principal os Juizes Classistas. O cargo de classistas, que tem um forte lobby no Congresso, poderá ser extinto ou então desvinculado do Judiciário, perdendo o privilégio da aposentadoria integral após cinco anos de serviços.

Estas propostas serão discutidas hoje, no auditório Nereu Ramos, da Câmara, em uma reunião entre Jobim e representantes de entidades de trabalhadores, servidores públicos e da Previdência. Em pauta temas polêmicos como: o fim da unicidade (só um sindicato por categoria profissional) e da Contribuição Sindical, o direito de greve, a estabilidade do funcionalismo e as mudanças nas regras da Previdência Social.

Estabilidade - O relator-geral nega-se a antecipar suas opiniões sobre estes temas. Mas parlamentares que têm auxiliado a relatoria confirmam a tendência de apoiar a



Nelson Jobim vai propor a revisão e revogação dos privilégios dos juizes da Justiça do Trabalho

pluralidade sindical (mais de um sindicato por categoria). O fim da unicidade tem o apoio de parlamentares do PT, da chamada "ala progressista" e dos conservadores. O único partido a fechar questão em favor da unicidade é o PDT. As fontes antecipam que Jobim pretende defender o fim da Contribuição Sindical - um dia de salário é descontado anualmente dos trabalhadores, sindicalizados ou não, e um percentual do faturamento de empresários sindicalizados, que são repassados às federações e confederações de classe.

A estabilidade do funcionalismo público também deverá acabar.

Mas, para enfrentar o fortíssimo lobby dos servidores, a relatoria admite acatar uma fórmula híbrida: a estabilidade seria assegurada apenas aos funcionários que cumprissem pré-requisitos mínimos de assiduidade, produtividade e moralidade. "É cedo para falar dessa batalha, porque há um consenso desde a extrema direita até a extrema esquerda, de que a estabilidade não pode ficar como está", afirma Jobim. "O mais prudente é ficar quieto até que o acordo apareça", completa.

Previdência - O relator pretende manter a mesma cautela em rela-

ção às mudanças na Previdência e nas regras para aposentadoria. A maior parte das lideranças admite que deve ser alterado o artigo 202, que assegura aposentadoria para os homens, após 35 anos de trabalho, e para as mulheres, depois de 30. É certo que Jobim acatará uma das fórmulas que estipula uma idade mínima para a obtenção da aposentadoria. Assesores técnicos dizem que a relatoria é "simpática" à fórmula 90, do ex-ministro da Previdência, deputado Antonio Brito (PMDB-RS). Por ela, terão direito à aposentadoria os trabalhadores em que o resultado da soma da idade e do tempo de serviço some 90.

Matéria publicada pelo Jornal de Brasília, na página 04, seção de política, no último dia 05 de fevereiro.

Antecipação prejudica salários maiores

As empresas da Aviação Regular (grupo que inclui Varig, Vasp, Transbrasil, entre outras) vão pagar 30% do salário, no próximo dia 18, como antecipação salarial. Porém, a antecipação só atinge aeronautas e aeroviários que recebam até CR\$ 200.000,00. Quem ganha acima dessa faixa receberá um valor fixo de CR\$ 60.000,00. A Federação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Aéreos (FNTTA) reivindica, no mínimo, 40% de antecipação sem limite de faixa salarial.

Nelson Cirtoli, presidente do SNA e Coordenador Geral da Federação, foi categórico: "Evidentemente que o Sindicato dos Aeronautas não é contrário a premiação dos salários mais baixos, porém, a Entidade vai lutar para que mais uma vez os aeronautas não sejam prejudicados. Queremos uma antecipação de 40%, sem limites e que atinja todos os trabalhadores do setor".

Além do presidente do SNA, participaram da reunião o 1º secretário do

SNA e também dirigente da Federação, Cmte. Gusmão, mais os diretores dos sindicatos de aeroviários. A reunião foi no último dia 8, na sede do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias - SNEA.

Uma nova rodada de negociações será realizada para discutir a questão do pagamento quinzenal, já que a inflação supera a casa dos 40%. A data da reunião será agendada entre a FNTTA e o SNEA, brevemente.

Seminário sobre Terceirização e Contrato Coletivo em agosto

O processo democrático é construído no dia-a-dia, no calor das discussões e com a vontade de imprimir realizações. Felizmente, este processo tem avançado a cada dia nas relações entre as entidades representativas dos trabalhadores e dos empresários. Com a realização do Seminário sobre Terceirização e Contrato Coletivo, previsto para agosto próximo, empresários e sindicalistas dão um salto qualitativo extremamente importante para consolidar uma forma moderna de negociar seus interesses, mesmo preservando divergências, conforme assinalou Odilon Junqueira - Diretor de Recursos Humanos da Varig - durante a reunião de negociação realizada, no último dia 08, entre a Federação Naci-

onal dos Trabalhadores em Transportes Aéreos (FNTTA) e o Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias (Snea).

O Seminário será co-patrocinado pela Federação, Snea e também pelo Sindicato Nacional de Empresas de Táxi Aéreo (Snetax). Para organizá-lo será composta uma comissão de 05 (cinco) representantes da Federação, 03 (três) do Snea, 03 (três) do Snetax. A comissão apresentará um pré-projeto de pauta, calendário, custos e convidados. De acordo com os representantes das companhias e dos sindicatos, serão convidados representantes de diversos segmentos sociais, centrais sindicais, universidades, governo, além do setor diretamente envolvido.

Sindicato Nacional dos Aeroviários terá representação em São Paulo

O Sindicato Nacional dos Aeroviários, com sede no Rio, terá uma representação no estado de São Paulo. A informação circula no boletim Unidade Aeroviária, edição de fevereiro. Segundo o informe, a representação será fundada em São Paulo para dar unidade nacional a categoria, que hoje esta completamente desprotegida face a falta de ação do sindicato paulista, o que vem prejudicando a categoria, tanto no estado como nacionalmente. Fique de olho.

Com a instalação da representação, o aeroviário paulista dará um primeiro e grande passo para ter uma única entidade no país. Este exemplo de organização já é seguido pelos aeronautas que têm um único Sindicato para representá-los em nível nacional.

Vasp

É proibido voar na folga

O art. 17 da Regulamentação Profissional diz o seguinte:

"A determinação para prestação de serviços dos aeronautas, **respeitados os períodos de folga** e repousos regulamentares, será feita:

a) por intermédio de escala especial ou de convocação, para realização de cursos, exames relacionados com o adestramento e verificação de proficiência técnica;

b) por intermédio de escala no mínimo semanal, divulgada com a antecedência mínima de 2 (dois) dias para a primeira semana de cada mês e 7 (sete) dias para as semanas subsequentes, para os vãos de horário, serviços de reservas, sobreaviso e folga; e

c) mediante convocação, por necessidade de serviço."

Sindicato avisa

O SNA foi informado que a Vasp está forçando os tripulantes a voarem na folga. Negociar a folga com a empresa é in-

fringir a lei, passível de penalidades para a companhia e para os tripulantes. O Sindicato não pode admitir que a Regulamentação seja descumprida. Você, tripulante, é tão responsável pelo cumprimento da lei quanto o Sindicato. Sua folga é inegociável.

Como o SNA pode acionar a fiscalização se aeronautas aceitam descumprir a lei. Avisamos que a Justiça do Trabalho irá inspecionar a Vasp, e os tripulantes que estiverem descumprindo a Regulamentação também poderão ser penalizados.

Reinclusão à escala será julgada em abril

Em audiência realizada, no último dia 08 de fevereiro, a Ação e Reinclusão à escala de vôo na Vasp, processo nº 2082/93, que tramita na 1ª Junta de São Paulo, teve julgamento marcado para o dia 22 de abril, às 18h30.

Sindicato Nacional dos Aeronautas

Sede: Av. Marechal Câmara, 160-Ed. Orly, Grs. 1611/26, CEP 20020-080, Rio de Janeiro, RJ. Tel: (021)532-1163 Fax: (021)220-6693.

Dia a Dia

É uma publicação semanal do Sindicato Nacional dos

Aeronautas.

Presidente:

Nelson Cirtoli

Secretaria de Divulgação e Cultura

Rodrigo Della Pasqua Marocco

Assessor de Comunicação

Fernando Pereira

Tiragem

8 mil exemplares

Impressão:

Gráfica do SNA.

Artigos assinados são de responsabilidades dos respectivos autores.

Dia a Dia é distribuído gratuitamente.